

## **A CARTOGRAFIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO RACIAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS EM GEOGRAFIA**

*SOCIAL CARTOGRAPHY IN THE PERSPECTIVE OF RACIAL LITERACY: TEACHING, RESEARCH, AND EXTENSION IN THE TRAINING OF GEOGRAPHY TEACHERS*

*LA CARTOGRAFÍA SOCIAL EN LA PERSPECTIVA DE LA ALFABETIZACIÓN RACIAL: ENSEÑANZA, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN LA FORMACIÓN DE PROFESORAS EN GEOGRAFÍA*

**COSTA, Gisele das Chagas**

UNEB DEDC X/ SABEH/GEOREDE

E-mail: gccosta@uneb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4205-1274>

**GUERÉM, Demison Tukum**

SABEH

E-mail: demissonascimento@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-0642>

**TOMAZ, Alzení de Freitas**

PPGEcoH/UNEB/SABEH

E-mail: alzenitomaz@efa.g12.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3661-797X>

Recebido: 10/12/2024 | Revisado: 11/12/2024 | Aceito: 23/12/2024 | Publicado: 31/12/2024

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14547813>

**RESUMO** – O artigo discute o resultado pedagógico da Cartografia Social do Povo Guerém de Tukum Mirim, Valença, Bahia, projeto de pesquisa, ensino e extensão desenvolvido entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024 no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, em Santo Antônio de Jesus, através do Grupo de Pesquisa GEOREDE e envolvendo o Coletivo Indígena Guerém Tukum Mirim, estudantes de licenciatura em Geografia do Campus e a Sociedade Brasileira de Ecologia Humana. Tem como objetivo avaliar o impacto do projeto no letramento racial de estudantes de licenciatura em Geografia da UNEB Campus V, bem como em sua formação crítica. Para tanto, analisou a participação das estudantes durante as etapas de desenvolvimento do projeto (pré-campo, campo e pós-campo), bem como suas produções acadêmicas decorrentes. Por fim, analisou os relatos de experiências das participantes após o término do projeto. A proposta, que consistiu em uma pesquisa ação para a elaboração colaborativa da Cartografia Social do Povo Indígena Guerém da Aldeia Tukum Mirim, Valença, Bahia, foi realizada com a participação de monitoras voluntárias e operacionalizada através de saídas de campo, metodologia que proporcionou um aprofundamento do olhar geográfico quanto às problemáticas socioespaciais presentificadas no território étnico Guerém. Ficou evidenciado que o aprendizado com os povos tradicionais, bem como a vivência da tríade universitária em campo e em uma perspectiva crítica contribuiu para o letramento racial e a formação de professoras de Geografia socialmente comprometidas.

**Palavras-chave:** Cartografia Social, Letramento Racial, Formação de Professoras, Geografia.

**ABSTRACT** - This article discusses the pedagogical results of the Social Cartography of the Guerém People of Tukum Mirim, Valença, Bahia, a research, teaching, and extension project developed between the second semester of 2023 and the first semester of 2024 at the State University of Bahia (UNEB), Campus V, in Santo Antônio de Jesus, through the GEOREDE Research Group and involving the Guerém Tukum Mirim Indigenous Collective, undergraduate Geography students from the Campus, and the Brazilian Society for Human Ecology. The objective is to evaluate the project's impact on the racial literacy of Geography undergraduate students from UNEB Campus V, as well as on their critical training. For this purpose, the participation of students during the project's development phases (pre-field, field, and post-field) was analyzed, along with their resulting academic productions. Finally, participants' experience reports were analyzed after the project's conclusion. The proposal, which consisted of an action-research initiative for the collaborative development of the Social Cartography of the Guerém Indigenous People from the Tukum Mirim Village, Valença, Bahia, was carried out with the participation of volunteer monitors and was implemented through field trips, a methodology that deepened the geographic perspective on socio-spatial issues present in the Guerém ethnic territory. It became evident that learning from traditional peoples, combined with the experience of the university triad in the field and from a critical perspective, contributed to racial literacy and the training of Geography teachers with social commitment.

**Keywords:** Social Cartography, Racial Literacy, Teacher Training, Geography.

**RESUMEN** - El artículo discute el resultado pedagógico de la Cartografía Social del Pueblo Guerém de Tukum Mirim, Valença, Bahía, un proyecto de investigación, enseñanza y extensión desarrollado entre el segundo semestre de 2023 y el primer semestre de 2024 en el ámbito de la Universidad del Estado de Bahía (UNEB), Campus V, en Santo Antônio de Jesus, a través del Grupo de Investigación GEOREDE y en colaboración con el Colectivo Indígena Guerém Tukum Mirim, estudiantes de la licenciatura en Geografía del Campus y la Sociedad Brasileña de Ecología Humana. Su objetivo es evaluar el impacto del proyecto en la alfabetización racial de las estudiantes de la licenciatura en Geografía de la UNEB Campus V, así como en su formación crítica. Para ello, se analizaron la participación de las estudiantes durante las etapas de desarrollo del proyecto (precampo, campo y poscampo), así como sus producciones académicas derivadas. Finalmente, se examinaron los relatos de experiencias de las participantes tras la finalización del proyecto. La propuesta, que consistió en una investigación-acción para la elaboración colaborativa de la Cartografía Social del Pueblo Indígena Guerém de la Aldea Tukum Mirim, Valença, Bahía, se realizó con la participación de monitoras voluntarias y se operacionalizó a través de salidas de campo, metodología que permitió un mayor enfoque geográfico en las problemáticas socioespaciales presentes en el territorio étnico Guerém. Quedó evidenciado que el aprendizaje con los pueblos tradicionales, así como la vivencia de la tríada universitaria en el campo y desde una perspectiva crítica, contribuyó a la alfabetización racial y a la formación de profesoras de Geografía con un compromiso social.

**Palabras clave:** Cartografía Social, Alfabetización Racial, Formación de Profesoras, Geografía.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo se origina da necessidade de refletir sobre outras maneiras de vivenciar e pesquisar o espaço geográfico para além daquelas já ratificadas pela Geografia ao longo de sua existência e desenvolvimento em várias correntes de pensamento. Tem como objetivo avaliar o impacto do projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão intitulado Cartografia Social do Povo Guerém de Tukum Mirim, Valença, Bahia, no letramento racial

de estudantes de licenciatura em Geografia da UNEB Campus V, bem como em sua formação crítica.

Geógrafas vêm, nas últimas décadas, questionando o papel da geografia na e para a sociedade, buscando reposicionar sujeitos que historicamente tiveram suas histórias e geografias negadas, com seus territórios “sobrepostos no avanço das forças produtivas na organização do território brasileiro” (Silva, 2010, p. 20).

A Geografia é uma ciência que, por muito tempo, foi permeada pela colonialidade do saber; sua estruturação enquanto ciência se dá no século XIX, período histórico caracterizado pelo imperialismo e subalternização de povos e nações. Nesse processo, ficou estabelecida a hierarquização dos saberes, o epistemicídio, onde a monocultura do conhecimento (Santos, 2009), inicialmente europeu e, por adição posterior, o norte-americano, definiu as bases epistemológicas da ciência geográfica.

Nesse sentido, Silva (2009) reflete sobre as mazelas de um saber científico hegemônico eurocentrado (e estadunidense), branco, masculino e ocidental o qual deve ser questionado, pois o mesmo produz, segundo a autora, hierarquias que reproduzem silenciamentos e invisibilidades socioespaciais. A autora propõe a “subversão no fazer científico”, privilegiando “temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso científico” (Silva, 2009, p. 15), buscando uma utilização crítica de conceitos e métodos, “evidenciando as relações de poder” (op. cit.) contidas nas mesmas.

Ainda que se recorra a categorias e metodologias historicamente utilizadas na reprodução de uma colonialidade de saberes e a ratificação do poder por grupos hegemônicos (por conseguinte, portadores dos saberes válidos), a sua revisão crítica, além da construção de outros caminhos na produção e difusão do conhecimento, abre a perspectiva ao diálogo com coletivos historicamente subalternizados, através da troca horizontal onde os sujeitos envolvidos possam (re)elaborar saberes que contribuam em sua trajetória emancipatória.

Nesse contexto, temáticas menos valorizadas por serem consideradas menos científicas entre aquelas já ratificadas pela ciência geográfica, vem, cada vez mais, orientando pesquisas de cunho espacial envolvendo sujeitos e grupos sociais historicamente silenciados e invisibilizados, “trazendo para o campo científico aspectos secundarizados do discurso geográfico, [construindo] uma perspectiva epistemológica que é também engajada politicamente” (Silva, 2009).

Faz-se, portanto, urgente e necessário pesquisas que favoreçam a construção de visibilidades de grupos sociais e fenômenos que foram negados e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial: negros, índios, mulheres [...]. A historiografia brasileira evidencia as ausências e silêncios desses grupos no discurso científico. (Silva, 2009, p. 14).

Nesse sentido cabe a reflexão sobre como as epistemologias geográficas vêm reverberando na formação de novas gerações de professoras e professores de Geografia. Propor uma formação crítica de base decolonial exige criar situações de aprendizagem articuladas em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, para que a estudante vivencie tais princípios, preferencialmente em contextos sociais onde comunidades étnicas, antes sequer reconhecidas em sua alteridade, vem criando movimentos de sistematização de seus conhecimentos ancestrais, os resgatando e elevando a um patamar de conhecimento válido em contextos de autoafirmação e autodemarcação de seus territórios.

Envolver professoras em formação em um projeto que essencialmente questiona os pressupostos clássicos da ciência, experienciando a práxis decolonial ao longo de seu desenvolvimento, rompe com a dicotomia de um discurso bem fundamentado, porém com pouca efetividade social, reposicionando os sujeitos da pesquisa - comunidade, estudantes, professoras - em um papel que lhes cabe: o de protagonizar e encaminhar a proposta de acordo com a necessidade de gerar e gerir um conhecimento espacial que importe para os projetos de fortalecimento identitário e territorial do povo, bem como o registro de suas memórias orais, as quais inscrevem-se em territorialidades manifestas concretamente nos saberes e fazeres culturais cotidianos.

Cumprе esclarecer que a participação na Cartografia Social do Povo Guerém de Tukum Mirim, Valença, Bahia, se deu através da sistematização de uma proposta de atividades de campo amparada pelo Edital Nº 039/2023, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado da Bahia (PROGRAD/UNEB), o que garantiu os recursos financeiros necessários à execução do projeto, sendo desenvolvida em duas fases, a primeira no segundo semestre de 2023 e a segunda no primeiro semestre de 2024.

Se constituiu em uma proposta de pesquisa-ação com fins de colaboração no processo de autocartografar-se do Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim, e que foi viabilizada com a participação de professoras do Grupo de Pesquisa GEOREDE: Cartografia das (geo)grafias experienciadas, ensinadas e aprendidas lotadas no Colegiado

de Geografia da UNEB Campus V, de estudantes do curso de Licenciatura em Geografia da UNEB Campus V, do Coletivo Indígena Guerém Tukum Mirim, e de pesquisadoras da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH).

O Grupo de Pesquisa GEOREDE através de sua Linha de Pesquisa II – Temas contemporâneos, interdisciplinaridade e a Geografia escolar, busca, desde 2021, articular ensino, pesquisa e extensão em torno de questões atinentes a educação das relações étnico-raciais, estas respaldadas, por sua vez, nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, além de promover reflexões sobre caminhos formativos da professora de Geografia em uma concepção crítica e decolonial.

Teve, portanto, como princípios norteadores para o desenvolvimento do projeto, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, a interculturalidade como premissa nas relações universidade – comunidade e a decolonialidade enquanto epistemologia de um fazer geográfico comprometido com segmentos da sociedade que tiveram suas histórias e geografias silenciadas e invisibilizadas por um processo colonizador hegemônico.

No contexto da ciência geográfica, Mondardo (2023) explicita que uma maior permeabilidade às pesquisas de base decolonial nas últimas décadas, principalmente no cenário latino-americano, vem favorecendo uma maior problematização do “eurocentrismo presente em sua tradição acumulada” (Mondardo, 2023, p. 157), viabilizando “o protagonismo indígena e/ou dos estudos e pesquisas indígenas na Geografia” (op. cit., p. 159).

Tais investigações viabilizam um fazer geográfico vinculado às questões étnico raciais, tanto no que diz respeito ao direito aos territórios ancestrais como em relação ao racismo impingido aos povos originários, dado que a ideia de raça de se constitui como base do eurocentrismo, colonização e colonialismo (Quijano, 2005), codificando uma diferença entre conquistadores e conquistados, dedicando-lhes o lugar subalterno do Outro.

Uma geografia comprometida com os povos indígenas, suas lutas e o direito a seus territórios étnicos pressupõe, inclusive, a compreensão de como a ideia de raça tornou-se uma categoria mental da modernidade. Quijano (2005) indica que a ideia de raça, cunhada a partir do esbulho da América, produziu identidades sociais historicamente novas, estruturando e justificando diferenças entre grupos sociais.

O que inicialmente, na hipótese levantada pelo autor, indicava procedência geográfica, acabou por adquirir conotação racial com o avanço da colonização,

engendrando novas identidades que justificavam relações sociais configuradas como relações de dominação. Em síntese, a construção de uma identidade racial associada à hierarquia, lugares e papéis sociais fundamentaram o padrão de dominação que se impunha (Quijano, 2005).

O autor explicita que “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.”

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade [...]. A raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (Quijano, 2005, p. 107 - 108).

Essa ideia de superioridade racial trouxe consequências nefastas para as populações indígenas e negras, com força de permanência na atualidade: etnocídio, epistemicídio, somado ainda, na expressão de Mondardo (2023, p. 161), ao “terrícídio (destruição dos territórios)” e “ecocídio (destruição dos ecossistemas).”

Portanto, desconstruir a ideia de raça e do racismo a ela associada e culturalmente alicerçada no imaginário coletivo brasileiro requer ações sistemáticas, planejadas e com o propósito explícito de, no âmbito universitário, formar novas gerações de profissionais antirracistas.

O letramento racial, passo fundamental para formação de indivíduos antirracistas, pressupõe favorecer experiências e trocas de base intercultural entre os sujeitos. Assim, foi oportunizado às estudantes participantes da proposta uma aproximação com as problemáticas socioespaciais presentificadas no território étnico Guerém, Bahia, através da elaboração colaborativa da Cartografia Social desse povo e norteados pelos componentes curriculares envolvidos na proposta.

As/os autores vêm sistematicamente propondo situações de aprendizagem – sempre que possível assentadas na tríade ensino-pesquisa-extensão – que tragam uma reflexão profunda sobre as questões étnico-raciais junto às professoras em formação, pois entendemos que não basta nutrir o intelecto, é urgente nutrir a alma de novas perspectivas

de ser, estar e interagir no espaço geográfico, estas pautadas em uma compreensão sensível da sociodiversidade, de ver e respeitar o Outro em sua alteridade.

Como expressa Sueli Carneiro (2020),

[...] nós temos sido muito eficientes para discriminar, excluir, causar esse tipo de dano a seres humanos. Se nós somos capazes de fazer isso para obter esse efeito, a gente deve ser capaz também de consertar este tipo de coisa. Nelson Mandela dizia que ninguém nasce odiando, nós aprendemos a odiar outros seres humanos. Mas se a gente aprende a odiar a gente também pode ser capaz de inverter isso e sermos capazes de ensinar a acolher, a aceitar e nos regozijar com a diversidade humana.

Compreendemos que não basta apresentar as Leis Nº 10639/2003 e 11645/2008 e buscar uma discussão e aprofundamento de base teórica, é preciso a vivência, o sentir, para que a professora em formação possa se ver no processo, se comprometendo genuinamente com uma geografia antirracista já durante seu período de formação inicial.

Nesse sentido, participar da elaboração da cartografia social junto ao Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim proporcionou uma vivência significativa da dinâmica e multiescalaridade dos fenômenos socioespaciais por parte das estudantes envolvidas.

Vivenciar desafios e conflitos raciais e socioespaciais em um território étnico e ancestral promoveu o confronto epistemológico de uma Geografia colonizada que muitas vezes é reproduzida em cursos de formação de professoras (e, por consequência, nas escolas de educação básica) com uma Geografia que “busca transformar com os sujeitos reais, estudantes e a sociedade circundante, as realidades geográficas que oprimem e reproduzem a opressão espacial” (Mendonça, 2022).

Buscar, na reflexão de Mendonça (2022), “esperançar a Geografia” através de sua construção coletiva, traz uma perspectiva de conhecimento vivencial pelas estudantes, que se tornam capazes de elaborar “instrumentos técnicos, científicos e políticos para realizar as transformações que decidirem necessárias” (op. cit.).

A cartografia social de povos originários vem se constituindo, já a algumas décadas, como importante instrumento de “lutas sociais por reconhecimento identitário e territorial” (Acselrad, 2013, p. 10), estabelecendo inclusive, prova documental em processos de regularização territorial. Assim, essa proposta de atividades de campo para elaboração de uma cartografia social se revelou uma possibilidade de rico aprendizado de base interdisciplinar e intercultural para as estudantes do curso, as quais tiveram a oportunidade de analisar e vivenciar os fenômenos socioespaciais mobilizando as categorias geográficas

território, territorialidade e lugar em uma perspectiva crítica e decolonial.

A cartografia, ou a arte de representar a superfície terrestre ou parte dela, foi um instrumento de dominação fundamental para conquista e subalternização dos povos ao longo do tempo. Utilizada estrategicamente pelo Estado e grupos vinculados ao capitalismo neoliberal para mapear recursos em uma lógica unifuncional do território (Haesbaert, 2004), tem se tornado cada vez mais acessível para a população em geral, o que Acselrad (2013) atribui ao avanço e popularização de novas tecnologias.

O autor ainda reflete, a partir das proposições de Harley (1988, apud Acselrad, 2013) sobre os mapas enquanto ferramentas de poder, estabelecendo uma relação intrínseca entre saber e poder, o tornando um instrumento para subverter a lógica do domínio do capitalismo monocultor e criar possibilidades de protagonismo espacial pelos povos tradicionais.

A cartografia social, na acepção de Acselrad e Viégas (2013) é entendida como

a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão [...] [os quais] reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política [...] [os constituindo] não só como sujeitos cartografantes mas também [...] políticos. (Acselrad; Viégas, 2013, p. 17).

O processo de cartografar, empreendido pelos indígenas Guerém do Coletivo Indígena Tukum Mirim, se constitui a partir de um movimento coletivo de construção da identidade política e ancestral, e a reivindicação de uma identidade marcada pela diferença.

Nesse campo de diálogo, Xakriabá (2023) propõe como instrumento subversivo ao massacre cultural disseminado pela ótica do pensamento moderno e pela educação ocidental como reprodutora de um modelo civilizatório válido, a projeção das “epistemologias nativas”, a integração dos elementos da *Pachamama*, a Terra, Mãe Encantada.

Tais epistemologias indicam a confluência dos elementos da grafia ancestral no processo de construção do conhecimento. Esse movimento dialógico entre o “barro, o jenipapo”, (op. cit.), os saberes cartografados na memória coletiva das mais velhas, são os principais subsídios para a subversão e ruptura com a geopolítica do conhecimento (Maldonado-Torres, 2019), em outras palavras, o amansamento do giz.

Portanto, o que Xakriabá (2023) está propondo em seus argumentos é, que, para provocar o amansamento do giz, da escola, causar rachaduras decoloniais, ou seja, das epistemologias que são projetadas a partir do pensamento monorracional, como modelo civilizatório; é a re-conexão com os elementos ancestrais, as memórias e tradições interseccionadas no processo formativo.

Justamente, porque, para os povos originários, o percurso de formação e construção dos conhecimentos estão cosmointegrados com a terra, a relação do corpo-território (Miranda, 2020), da ancestralidade, dos saberes pautados na oralidade, memória e tradição, do mesmo modo, como é entendido por Mondrado (2023), as geografias indígenas, as territorialidades ancestrais.

A terra, o espaço geográfico não é percebido apenas como um espaço físico, que vem sendo saqueada e explorada pelo capitalismo predatório, ela é condutora de ensinamentos e vidas (Mondrado 2023). Munduruku (2010) destaca que o início da educação de uma criança indígena, é realizado no chão das aldeias, com os conhecimentos que são transmitidos com as mais velhas, essas portadoras da memória ancestral, e que constroem os saberes a partir da relação intrínseca de pertencimento e integração com a terra, a ancestralidade.

Nesse sentido, Santos (2023) ratifica que os conhecimentos que devem forjar o corpo-território são as epistemologias educacionais das aldeias, dos quilombos, as tecnologias ancestrais, os saberes orgânicos; não os pensamentos operacionalizados pela racionalidade dos saberes sintéticos; apenas as perspectivas da ciência moderna, desconectadas da vida, do sentido coletivo, do cotidiano, das memórias e tradições de um povo.

O pensamento orgânico é decolonial, é circular, rodado, encruzilhado, reconstrói a história a partir da matriz ancestral, o pensamento orgânico é contra-colonial, é uma confluência entre as geografias indígenas e quilombolas, um processo de equilíbrio e respeito entre o corpo, espírito e terra; a ancestralidade, a *Pachamama*, a mãe ancestral que vem (re)existindo com as suas filhas, dançando Toré e saudando Taru, Wantu e Anté. Afinal, cada pedaço desse chão é indígena, é ancestral.

## **METODOLOGIA**

Os trabalhos de campo, no processo formativo da/o licenciando em Geografia, estão previstos na legislação educacional atinente a essa área do conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para esse curso preveem, entre as competências a serem desenvolvidas, a capacidade de “planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica” (Brasil, 2001), a qual pode estar referenciada em uma multiplicidade de olhares, saberes e fazeres.

O conhecimento de base espacial pressupõe a compreensão das dinamicidades e multiescalaridade em que os fenômenos ocorrem. O trabalho colaborativo em equipes multidisciplinares favorece a compreensão da “realidade espacial, natural e humana, não de uma forma fragmentada, mas como uma totalidade dinâmica” (Brasil, 2001).

Viver propositivamente a Geografia exige sair do enclausuramento da sala de aula e de suas projeções fragmentadas de uma realidade não raro manipulada ideologicamente por determinadas correntes de pensamento pedagógico e geográfico. A atividade de campo, se pensada e sistematizada com o propósito de sublevar a ordem posta pelo conjunto de epistemologias colonialistas que ainda permeiam o fazer geográfico desconstrói, não raro, as verdades científicas estabelecidas nas bases bem fundamentadas de uma monocultura do conhecimento, e que despreza um corpo de conhecimento ancestral, o qual persiste em manter-se vivo através da luta pelo direito de r-existência (Monrdado, 2023) dos povos originários e comunidades tradicionais.

Importante refletir sobre a pesquisa de campo na Geografia enquanto possibilidade de um fazer geográfico subversivo (Silva, 2009) concernente às retomadas epistêmicas dos povos originários. Smith (2018, p. 12) discute a pesquisa como um campo de disputa política e de poder onde confrontam-se “interesses e modos de conhecimento do ocidente” e “interesses e modos de resistência do Outro<sup>1</sup>.”

Nesse cenário, indica que a pesquisa COM os povos originários, com suas epistemologias indígenas e em colaboração com suas lutas – que tem como centralidade a questão territorial no caso brasileiro, os reposicionam como “sujeitos e produtores de cultura, conhecimento e ciência” (Epistemicídio, 2022).

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo deixa de ser aquela ratificada pelos

---

<sup>1</sup> A autora situa o “Outro” como os povos indígenas, historicamente subalternizados e invisibilizados por um processo colonizatório perverso, reduzindo-os a meros objetos de pesquisa e negando-lhes sua identidade, território, ciência e cosmologias. A autora pondera que esse “Outro”, no entanto, são inúmeros povos indígenas, os quais possuem “um nome, um rosto, uma identidade particular” (Smith, 2018, p. 12).

cânones do saber ocidental hegemônico, padronizado e falsamente neutro a ser aplicado numa determinada realidade, reduzindo sujeitos a objetos de pesquisa. Mondardo (2023) aponta a possibilidade do campo como formulador da teoria, desde que se entenda o “fazer geográfico como fazer crítico: ético e politicamente implicado no campo” (Mondardo, 2023, p. 12).

Na pesquisa de campo que norteou esse diálogo entre saberes acadêmicos e tradicionais com o Povo Guerém de Tukum Mirim, foram estabelecidas as etapas específicas, correspondentes ao pré-campo, campo e pós-campo.

O pré-campo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, a qual sistematizou a problemática e objetivos da atividade de campo, levantou dados preliminares sobre a realidade investigada e organizou instrumentos de coleta de dados da realidade. Nessa etapa, as discentes estudaram autoras decoloniais das áreas de Ciências Humanas e Sociais, além de intelectuais indígenas e negras, através de artigos, capítulos de livros e conteúdos audiovisuais disponíveis on-line. O material pesquisado foi socializado de diversas formas pelas discentes: mini-oficinas, rodas de conversa, mapas conceituais, esquemas e seminários temáticos.

Foi realizada uma preparação técnica para abordagem dos sujeitos de pesquisa e registros orais em campo, além de orientações quanto a forma correta para transcrição dos relatos orais, a fim de garantir a fidedignidade do material transcrito, o qual compôs o fascículo da Cartografia Social do Povo Guerém do Coletivo Tukum Mirim.

As estudantes também participaram de um processo inicial de letramento racial no que concerne a descolonização de um pensamento racista em relação aos povos originários. Para tanto, o Coletivo Indígena Guerém Tukum Mirim realizou oficinas de letramento racial bem como lives com pensadoras indígenas Guerém, auxiliando as estudantes na compreensão da geo-história indígena nacional, regional e local.

Foram realizadas rodas de conversa on-line com pesquisadoras da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), o que auxiliou na desconstrução do pensar-agir naturalizados e historicamente elaborados em relação aos Povos Indígenas, favorecendo a reeducação e o reposicionamento crítico das estudantes perante às questões abordadas no projeto.

A SABEH também ministrou seminário formativo sobre a Cartografia Social com os Povos Originários o que revelou ser um importante instrumento de preparação das

discentes para participação da etapa seguinte do projeto.

Para concluir essa primeira etapa, foi realizado o levantamento da base cartográfica georreferenciada da área a ser mapeada (território étnico indígena Guerém, Valença, Bahia).

Essa etapa foi de fundamental importância, pois fortaleceu o trabalho já desenvolvido pela equipe docente no curso de Licenciatura em Geografia do Campus V da UNEB, através de disciplinas ofertadas no currículo, tais como Cultura Indígena e Educação, Cultura Afro-Brasileira e Educação, entre outras, as quais corroboram o compromisso institucional em atender aos parâmetros formativos de professoras/es da educação básica em termos da educação das relações étnico-raciais.

A etapa de campo, que se desdobrou em vários momentos com o Povo Guerém do Coletivo Tukum Mirim em seu território ancestral, foi caracterizado por encontros e construções coletivas, horizontais e não hierárquicas do conhecimento, convergindo na sistematização de um conhecimento ancestral e socialmente significativo para esse Povo Indígena.

Tal sistematização foi possível no pós-campo onde, junto com os Guerém de Tukum Mirim foi estruturado a sua Cartografia Social. Outras sistematizações também foram elaboradas pelas estudantes, as quais serão refletidas na seção subsequente.

Ainda na etapa de campo, professoras e estudantes realizaram as trocas necessárias com lideranças e comunidade Guerém de Tukum Mirim, com visitas, vivências e diálogos, onde foi discutida a perspectiva do autcartografar-se, a colocação das problemáticas, além do levantamento de dados georreferenciados em pontos do território indicados pelas lideranças como necessários de serem mapeados na carta temática que compõe o fascículo da Cartografia Social do Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim (no prelo).

Os métodos e procedimentos técnicos adotados foram aqueles realizados na perspectiva da pesquisa-ação, com fins de elaboração da cartografia social do Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim, sujeitos co-autores e co-participantes da proposta em pauta. A pesquisa-ação pode ser entendida como “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p. 14).

Tal método, ou estratégia de pesquisa agrega outros métodos que, segundo Thiollent (1986, p. 25), “estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação de informação.” O envolvimento de todas participantes enquanto sujeitos de pesquisa, independente de um vínculo formal com a academia ou grupos de pesquisa, não torna esse método menos relevante no campo de estudos das ciências sociais. Suas “exigências metodológicas” constituem a “defesa contra as ideologias passageiras e contra a mediocridade do senso comum” (op. cit., p 26).

As atividades de/no campo, caracterizadas na proposta como uma elaboração coletiva tiveram como foco a construção conhecimento espacial que importasse para os projetos de fortalecimento étnico e identitário do Povo Guerém de Tukum Mirim bem como o registro de suas memórias orais, as quais inscrevem-se em territorialidades manifestas concretamente nos saberes e fazeres culturais cotidianos.

O desenvolvimento da pesquisa em suas etapas distintas e inter-relacionadas teve o protagonismo dos sujeitos da pesquisa os quais pensaram e materializaram as ações na parceria Povo Indígena - UNEB - SABEH, de maneira horizontal e não hierárquica, estabelecendo, inclusive, as categorias de análise pertinentes ao estudo e a abrangência da escala geográfica mapeada, o que denotou adequações na escala cartográfica e técnicas que foram utilizadas na elaboração do mapa temático – contido no fascículo de cartografia social do Povo Guerém de Tukum Mirim.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na cartografia social, a comunidade protagoniza as etapas da pesquisa, e a equipe pesquisadora (professoras e estudantes) tornam-se instrumentos para que a comunidade possa expressar-se dentro de suas demandas e expectativas organizativas.

Assim, os registros gravados e filmados das memórias orais das portadoras de sabedoria ancestral foram transcritos fidedignamente por estudantes participantes do projeto. Já a tomada de pontos georreferenciados do território foram tratados no Laboratório de Geoprocessamento do Campus V, sendo elaborada uma carta base digital no QGIS, com mapa situacional, recorte de área (Território Guerém, Aldeia Tukum Mirim), e os elementos considerados necessários por esse povo indígena para representação de seu território, tais como espaços sagrados, áreas intrusadas pela silvicultura, entre outros.

O QGIS é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de Código Aberto licenciado segundo a Licença Pública Geral GNU, podendo ser utilizado em computadores com memória suficiente e bom acesso à internet. Os símbolos e representações foram indicadas e elaboradas pelos indígenas e a carta temática resultante consta no fascículo da cartografia social desse povo.

Além da organização da cartografia social, as estudantes sistematizaram outros produtos academicamente relevantes, os quais foram socializados em seminários e oficinas temáticas em disciplinas do curso, garantindo, como subproduto, o desenvolvimento de habilidades de docência entre as estudantes envolvidas em tais atividades. Entre os componentes cujas professoras disponibilizaram espaço e tempo em suas aulas para realização dos seminários e oficinas podemos citar as Práticas de Ensino em Geografia (I, II e III), além de Cultura Indígena e Educação.

As estudantes também participaram do Seminário de Avaliação Transversal, Trabalho de Campo, Estágio e Extensão (SATTEE) no semestre de 2023.2, que ocorre ao final de cada semestre e envolve todo corpo docente e discente do curso. Na ocasião, um seminário com a sistematização do projeto e resultados parciais alcançados precedeu a apresentação de um vídeo documentário, roteirizado e produzido pelas estudantes.

É necessário trazer aqui a reflexão da importância de tal sistematização, na medida em que socialmente vivemos um período de forte apelo midiático pautado nas mídias sociais com farta utilização de material audiovisual.

Considerando que essas estudantes muito em breve enfrentarão desafios próprios da docência na educação básica, a aquisição de competências relacionadas a manipulação de tecnologias digitais audiovisuais torna-se um diferencial que, se bem utilizado, pode dinamizar as aulas e aproximar professora e estudantes na construção significativa do pensamento geográfico.

O projeto da Cartografia Social teve objetivos claros tanto no que dizia respeito ao trabalho a ser realizado junto ao Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim como na formação crítica e reflexiva de graduandas do curso de Licenciatura em Geografia da UNEB Campus V.

Buscou-se levar cada discente a refletir-se na construção de saberes geográficos de base intercultural e decolonial, sendo capaz de realizar transposições didáticas que favorecessem um ensino de geografia alicerçada, inclusive, no fortalecimento da educação

das relações étnico-raciais.

O relato de uma estudante participante do projeto corrobora o que foi pensado enquanto expectativa de aprendizagem discente no projeto:

Foi um enorme privilégio participar desse projeto sobre a Cartografia Social do povo Indígena Guerém. Foi possível sair da bolha e vivenciar na prática o que antes era só teoria! Participar dessa pesquisa além de possibilitar uma enorme imersão cultural, proporcionou uma evolução no meu ainda ser discente construindo experiências de pesquisa e vida (Estudante 01, Novembro de 2023).

Outra importante reflexão pode ser vislumbrada nos relatos de duas estudantes:

O desenvolvimento do projeto nos permitiu vivenciar experiências incríveis, permitindo conhecer a grandiosidade e especificidades contidas em um território indígena. E contribuiu na desconstrução de falácias cristalizadas em nossas mentes relacionadas a estes povos (Estudante 02, Novembro de 2023).

Foi gratificante participar dessa primeira etapa do projeto de cartografia social do Território Indígena Guerém, tal imersão nos permite observar as potencialidades presentes no território do povo Indígena Guerém bem como suas lutas e desafios nesse processo de reconhecimento (Estudante 03, Novembro de 2023).

Em relação ao desenvolvimento de habilidades técnicas para utilização da cartografia digital, o projeto objetivou, também, o aprendizado prático em cada etapa metodológica para elaboração de um mapa temático digital, porém, mais do que o desenvolvimento de competências cartográficas e digitais, caminhou-se com as estudantes para que as mesmas pudessem dar sentido social à cartografia, a reconhecendo como importante instrumento de transformação social:

A cartografia social é uma experiência singular. No curso de geografia aprendemos diversas técnicas sobre produção de mapas, mas aplicar essas técnicas através da cartografia social é compreender o espaço a partir do ponto principal, as pessoas que vivem nele, e assim aprender e descobrir elementos e relações que a cartografia convencional sozinha não é capaz. O projeto da cartografia social do povo Guerém foi uma linda e rica experiência que possibilitou toda essa descoberta e aprendizado! (Estudante 04, Novembro de 2023).

O projeto da cartografia social destacou pontos positivos [...]: técnicas de pesquisa, contato com a comunidade e conseqüentemente o aprendizado com as mesmas, o aprimoramento com a cartografia e o geoprocessamento (Estudante 04, Novembro de 2023).

A docência crítica, em um curso de formação de professoras de Geografia, ganha

significado ímpar quando se verifica um processo de maturação discente em relação à sua perspectiva sobre as questões socioespaciais, que tendem a reverberar ao longo da vida profissional dessa nova professora:

Foi surreal fazer parte dessa primeira etapa do projeto. A cartografia social modificou a forma como enxergo o mundo através da Geografia. Certamente, reproduzirei o aprendizado que tive com o povo Guerém na minha jornada docente” (Estudante 05, Novembro de 2023).

A partir da cartografia social pude entender melhor as questões indígenas e [...] como trabalhar tais questões em sala de aula. Participar desse projeto me ajudou na compreensão dos conteúdos da disciplina Cultura Indígena e Educação, cursada por mim no mesmo semestre no qual ocorreu a 1ª etapa do projeto (Estudante 05, Novembro de 2023).

É nessa perspectiva que Candau (2020) entende a educação, de não provocar dicotomia entre teoria e realidade, pelo contrário, fornecer caminhos fecundos para que as corporeidades se sintam, percebam, como parte indissociável e cosmointegrados com as suas territorialidades, identidades e histórias.

Walsh (2009), entende essas “outras possibilidades”, como a interculturalidade crítica, a (re)construção do pensamento outro, outros modos de saber e poder, capaz de produzir novos espaços epistemológicos, questionando a soberania do padrão hegemônico do poder colonial. Para Candau (2020), a interculturalidade crítica surge, justamente, para questionar os demarcadores que foram construídos ao longo do processo histórico pelo poder hegemônico.

Conforme Walsh (2009), essa é a proposição da interculturalidade crítica, fornecer ferramentas para que os grupos historicamente minorizados, possam subverter a ordem eurocêntrica, visibilizando as diferenças presentes na sociedade.

Assim, não há a opção decolonial na educação, sem as identidades em políticas (mulheres, indígenas, negras), sem práticas educativas propostas pelos grupos que foram historicamente excluídos e colocados à margem na miséria pelas colonialidades (Quijano, 2005). Dessa forma, conforme Walsh (2009), não existe pedagogia decolonial, sem o diálogo com a interculturalidade crítica, justamente, porque, esse movimento se estruturou na América latina, na década de 1970, a partir de reivindicação dos povos indígenas, por uma construção plural referida à educação.

Nesse prisma, Oliveira (2021) destaca que a interculturalidade crítica não é apenas um conceito que visa denunciar o poder do discurso das classes dominantes, segundo o autor, ela configura-se em uma conceituação que propõem um giro epistemológico, “capaz de produzir novos conhecimentos e uma outra compreensão simbólica do mundo” (op. cit., p. 27).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo refletiu sobre a relação da Cartografia Social do Povo Indígena Guerém de Tukum Mirim no que concerne a sua elaboração e o letramento racial de professoras de Geografia em formação. Objetivou demonstrar e refletir sobre os entrelaçamentos da participação em um projeto de ensino, pesquisa e extensão de cartografia social junto a um povo indígena e a construção de uma práxis geográfica decolonial estruturadora de uma visão antirracista.

A perspectiva decolonial nas ciências sociais vem se desenvolvendo nas últimas décadas com pesquisas sobre temas e conceitos antes considerados menos importantes e/ou destituídos de cientificidade. A questão indígena em uma perspectiva de investigação geográfica vem ganhando força e a cartografia social contribui nos movimentos de reafirmação étnica e auto demarcação territorial dos povos indígenas. Integrar estudantes de graduação nesse movimento de autocartografar-se de um povo indígena muda a perspectiva formativa, envolvendo as mesmas em um movimento que transcende a técnica e a teoria, proporcionando um mergulho vivencial nas questões socioterritoriais que envolve os desafios de um povo.

Decerto que pisar no chão ancestral da aldeia muda a perspectiva analítica do espaço geográfico. A força das e dos Encantados reverbera em cada elemento constitutivo do território, convidando tudo e todos ao reencontro acolhedor com as memórias, territorialidades, histórias, cultura e cosmologia que se projetam para um futuro de bem viver esperançado na atual luta dos Guerém de Tukum Mirim.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. (Org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo. Nuñes. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p. 15 - 40.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. *Revista Espaço do Currículo*, v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. 2020. *Ciência e Racismo*. Instituto Serrapilheira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s>. Acesso em 20 set. 2024.
- EPISTEMICÍDIO. *La hegemonía del pensamiento colonial*. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=CRBaFBuH\\_GI](https://www.youtube.com/watch?v=CRBaFBuH_GI). Acesso em: 23 set. 2022.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da Desterritorialização: do fim do território à multiterritorialidade*. São Paulo: Bertand Brasil, 2004.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Por uma geografia do esperar! *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, vol. 12, n.14, 26 de junho de 2022. Disponível em: <https://cadernoterritorial.iesa.ufg.br/n/168304-por-uma-geografia-do-esperancar>. Acesso em 15 set. 2024.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território e Educação Decolonial: proposições afro-brasileiras na investigação da docência*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- MONDARDO, M. Geografias Indígenas e Territórios Ancestrais, v. 12, n. 26, p. 145-176, 2023. *Revista Tocantinense de Geografia*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/369027323\\_GEOGRAFIAS\\_INDIGENAS\\_E\\_TERRITORIOS\\_ANCESTRAIS](https://www.researchgate.net/publication/369027323_GEOGRAFIAS_INDIGENAS_E_TERRITORIOS_ANCESTRAIS). Acesso em: 15 set. 2024.
- MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando*. São Paulo: Editora do Autor, 2010.
- OLIVEIRA, Luís Fernandes. O que é Pedagogia Decolonial? In: LIMA, A. R. S. et al. (Orgs.). *Pedagogias Decoloniais na Amazônia: Fundamentos, Pesquisas e Práticas*. Curitiba: CRV, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da Terra. In: CARNEVALL, F; et al. (Orgs.). *Terra: uma antologia afro-indígena*. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. *Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais*. Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5461/1/MARIA\\_ESTER\\_FERREIRA\\_SILVA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5461/1/MARIA_ESTER_FERREIRA_SILVA.pdf). Acesso em 13 maio 2024.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2019.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TORRES, Nelson Maldonado. Analítica da Colonialidade e Decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B; TORRES, N. M; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. In: CARNEVALL, F; et al. (Orgs.). *Terra: uma antologia afro-indígena*. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora, 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.